

Laudelina de Campos Melo: entre o trabalho doméstico e a ação política

Alcione Nawroski, Sandra Spurek

Resumo

O artigo analisa a trajetória de Laudelina de Campos Melo, mulher negra brasileira cuja atuação esteve relacionada às lutas contra o racismo, às organizações do movimento negro e à defesa das trabalhadoras domésticas. A partir de uma abordagem biográfica, busca-se compreender como experiências vivenciadas desde a infância contribuíram para a constituição de sua trajetória de militância. Nascida em 1904, poucos anos após a abolição da escravidão, Laudelina cresceu em um contexto marcado pela permanência de relações sociais e raciais herdadas do período escravista. As experiências de trabalho precoce, racismo, responsabilidades familiares e interrupção da escolarização atravessaram sua trajetória. Posteriormente, sua participação em organizações negras, sua aproximação com diferentes espaços políticos e sua atuação na organização das trabalhadoras domésticas evidenciam diferentes formas de intervenção social. A análise permite observar que sua trajetória não pode ser compreendida apenas pela perspectiva do trabalho, mas deve considerar a articulação entre raça, gênero e classe na experiência de uma mulher negra brasileira ao longo do século XX. Nesse sentido, sua atuação contribui para tornar visível a participação das mulheres negras na construção das lutas sociais brasileiras.

Palavras-chave: Laudelina de Campos Melo; mulheres negras; trabalho doméstico.

Introdução

"Tu tá me levando pra casa dos teus patrões?"
— Que Horas Ela Volta? (2015), dir. Anna Muylaert.

A pergunta que abre este texto — "Tu tá me levando pra casa dos teus patrões?" —, proferida pela personagem Val, no filme *Que Horas Ela Volta?* (2015), de Anna Muylaert, condensa, em poucas palavras, uma dimensão histórica das relações que atravessam o trabalho doméstico no Brasil. A distinção entre "a casa" e "a casa dos patrões" evidencia que o espaço doméstico, embora apresentado como lugar privado e familiar, também é atravessado por relações de poder, hierarquias sociais e desigualdades historicamente construídas. A pergunta remete, portanto, não apenas à condição de uma trabalhadora doméstica em determinado contexto, mas à permanência de relações sociais que articulam classe, raça e gênero e que marcaram profundamente a constituição do trabalho doméstico no país.

É nesse horizonte histórico que se insere a trajetória de Laudelina de Campos Melo (1904–1991), mulher negra, conhecida também como "Dona Nina", trabalhadora doméstica e militante que transformou sua própria experiência de trabalho em espaço de organização e luta coletiva. Sua trajetória permite deslocar o olhar da trabalhadora doméstica como personagem secundária da história social brasileira para compreendê-la como sujeito histórico e político. Ao longo de sua vida, Laudelina participou da organização das trabalhadoras domésticas, enfrentou práticas de discriminação e contribuiu para a construção de formas coletivas de reivindicação de direitos, conferindo dimensão política a uma atividade durante muito tempo marcada pela invisibilidade e pela informalidade.

Assim, entre a pergunta aparentemente simples da personagem cinematográfica e a trajetória histórica de Laudelina estabelece-se uma relação fundamental: ambas permitem interrogar o lugar social atribuído às mulheres negras no trabalho doméstico e as relações de poder que estruturam esse trabalho. Enquanto a personagem de *Que Horas Ela Volta?* torna visível, no presente, a permanência de fronteiras sociais dentro do espaço doméstico, a biografia de Laudelina possibilita acompanhar historicamente a constituição dessas desigualdades e, sobretudo, as formas de resistência e organização construídas pelas próprias trabalhadoras.

O artigo tem como objetivo analisar a trajetória de Laudelina de Campos Melo a partir da sua história de vida, enfatizando sua presença nos movimentos negros e sua participação na organização

das trabalhadoras domésticas. A hipótese orientadora é que sua militância foi construída progressivamente a partir de experiências concretas de desigualdade e de formas coletivas de organização.

A perspectiva biográfica permite acompanhar a experiência individual sem separá-la das condições históricas nas quais ela se desenvolveu. Nesse sentido, a biografia não deve ser compreendida como tentativa de produzir uma narrativa definitiva sobre determinada pessoa, mas como uma interpretação construída a partir das fontes e do olhar do pesquisador. Como observa Całek (2013; 2016), a discussão sobre o estatuto da biografia conduziu à compreensão de que existem diferentes modalidades biográficas e de que sua função não é apresentar uma verdade acabada, mas buscar a verdade, reconhecendo o caráter interpretativo da investigação.

A trajetória de Laudelina é particularmente significativa porque sua vida atravessa diferentes dimensões da experiência social brasileira no período pós-abolição. Nascida em 1904, em Poços de Caldas, Minas Gerais, ela constituiu a segunda geração de libertos de sua família. Sua história familiar estava, entretanto, diretamente vinculada ao regime escravista e às relações de trabalho que permaneceram depois de 1888. Sua mãe, Maria Maurícia de Campos Melo, conhecida como Dona Sidônia, embora tenha nascido depois da Lei do Ventre Livre (1871), foi criada para servir e cuidar da casa da família Junqueira (PINTO, 1993).

Assim, compreender Dona Nina exige considerar não apenas os acontecimentos de sua vida adulta, mas também as experiências familiares e sociais que marcaram sua infância e juventude. O racismo, o trabalho precoce, a responsabilidade familiar, a interrupção da escolarização e a convivência com situações de violência constituíram experiências que atravessaram sua formação.

Uma infância marcada pela experiência racial e pelo trabalho

A trajetória familiar de Laudelina de Campos Melo estava profundamente marcada pelas relações sociais produzidas durante e após a escravidão. Sua avó havia sido escravizada pela família Junqueira, enquanto sua mãe, embora nascida depois da Lei do Ventre Livre, foi criada para servir e cuidar da casa da mesma família. A experiência de sua mãe evidencia a distância existente entre a liberdade formal estabelecida pela legislação e as condições concretas de vida da população negra (PINTO, 1993).

Essa dimensão é fundamental para compreender a experiência de Laudelina. A abolição da escravidão não significou a eliminação imediata das relações sociais, econômicas e culturais

construídas durante o regime escravista. Ao contrário, muitas dessas relações permaneceram incorporadas às formas de trabalho e às hierarquias sociais do período posterior.

Aos sete anos, Laudelina começou a trabalhar como babá. O trabalho infantil, naquele contexto, relacionava-se à permanência de formas de ocupação historicamente associadas ao trabalho realizado por mulheres negras. Embora tivesse nascido depois da abolição, sua infância foi atravessada por relações que reproduziam aspectos da sociedade escravista (PINTO, 1993). Também desde cedo ela experimentou o racismo de maneira direta. Em depoimentos recuperados pelas pesquisas sobre sua trajetória, Laudelina recordava ter sido chamada por expressões racialmente ofensivas como “negrinha”, “pererê” e “macaca”. Essas experiências revelam que o racismo fazia parte do cotidiano infantil e das relações sociais nas quais ela estava inserida (PINTO, 1993).

A segregação racial também se manifestava nos espaços sociais. Em depoimento concedido em 1990, Laudelina recordou que pessoas negras não podiam frequentar determinados clubes frequentados por pessoas brancas e que, na igreja, eram destinadas aos últimos lugares (SANTANA, 2019). A experiência racial, portanto, não estava restrita ao espaço do trabalho. Ela atravessava instituições, relações comunitárias e espaços de sociabilidade. A infância de Laudelina foi construída nesse cenário de desigualdade, no qual raça e condição social determinavam possibilidades distintas de circulação e pertencimento.

Aos 12 anos, outro acontecimento alterou profundamente sua trajetória. Seu pai morreu enquanto trabalhava no corte de pinho no Paraná. Sua mãe passou a trabalhar em uma lavanderia, e Laudelina, como filha mais velha, assumiu a responsabilidade pelos cinco irmãos e pelos cuidados da casa. Em consequência, interrompeu sua escolarização (SANTANA, 2019). A interrupção da escola é um aspecto particularmente significativo. A experiência de Laudelina evidencia como gênero, idade, raça e condição social podiam produzir trajetórias educacionais profundamente desiguais. A necessidade de assumir responsabilidades domésticas e familiares reduziu suas possibilidades de permanência na escola.

Ao mesmo tempo, a experiência familiar produziu também formas de resistência. Quando sua mãe foi agredida por um capataz branco após recusar-se a cuidar da filha doente dos antigos patrões, Laudelina reagiu em sua defesa. Em seu depoimento, recordou a intensidade da reação diante da violência sofrida pela mãe: “Avancei no pescoço dele, quase matei ele (...) Avancei no português pela garganta..., agarrei na garganta dele, se não me separassem dele eu teria matado de tanto ódio que eu fiquei.” (Depoimento de Laudelina de Campos Mello, apud PINTO, 1993, p. 149).

A partir dessas experiências, a dimensão da injustiça social passou a ocupar lugar importante em sua trajetória. Não se trata de estabelecer uma relação linear entre infância e militância, mas de reconhecer que suas experiências familiares, raciais e de trabalho constituíram parte importante do universo social a partir do qual Laudelina construiu suas formas posteriores de atuação.

Juventude, identidade negra e organização coletiva

Aos 16 anos, Laudelina passou a frequentar bailes e participou da fundação do grupo denominado "Treze de Maio", tornando-se posteriormente sua presidente. A organização representava um espaço de integração da população negra e de construção de formas próprias de sociabilidade (LIMA, 2019; PINTO, 1993). Essa experiência pode ser compreendida como um momento importante da construção de uma identidade coletiva. A organização negra não se limitava à denúncia da discriminação, mas também produzia espaços de convivência, cultura e reconhecimento. Essa dimensão é importante porque permite deslocar a narrativa sobre mulheres negras de uma perspectiva exclusivamente centrada na condição de vítimas da desigualdade. A trajetória de Laudelina mostra também sua capacidade de produzir espaços coletivos, estabelecer vínculos e participar da construção de formas alternativas de sociabilidade.

Sua trajetória posterior demonstra que essa participação em organizações negras não foi episódica. Durante a década de 1930, Laudelina esteve presente na Frente Negra Brasileira (FNB), organização fundada em 1931 e que desenvolveu atividades políticas, educacionais e culturais. A FNB mantinha iniciativas voltadas à educação, inclusive aulas para pessoas analfabetas, além de atividades recreativas e culturais (DOMINGUES, 2007). A presença feminina também fazia parte da estrutura da organização. Segundo Lima (2018), havia duas comissões femininas: "Rosas Negras" e "Cruzada Feminina". Enquanto a primeira estava relacionada principalmente às atividades recreativas, a segunda desenvolvia ações educacionais e culturais. Esse dado permite observar que a atuação das mulheres negras não estava à margem das organizações do movimento negro. Elas participavam da construção de atividades culturais, educacionais e de sociabilidade, entretanto, essas formas de participação tenham recebido menor visibilidade na historiografia.

Entre política e movimento negro

A trajetória de Laudelina também passou por diferentes espaços políticos. Em 1936, ela filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Ao observar que na primeira metade do século XX houve

necessidade de reorganizar a sociedade brasileira após o período de escravidão, o programa político do PCB, especialmente em sua primeira fase, não tratava a questão racial como eixo central de sua atuação. Posteriormente, o partido modificou sua posição e buscou aproximação com o movimento negro (CHADAREVIAN, 2012).

No caso das organizações deste tipo, percebe-se a relação entre comunismo, capitalismo e questão negra. Nomeadamente, foi importante apoiar os movimentos negros pelos comunistas, pois apoiar o negro foi considerado igual a opor-se ao capitalismo.

> A IC tomava em consideração o crescimento do protesto negro politicamente organizado no Brasil, como revela um documento da época, e, já a partir de 1934, o PCB tenta uma aproximação com os "frente-negristas". Em panfleto deste mesmo ano, os comunistas brasileiros dirigem-se especificamente aos trabalhadores negros e os conclamam a conquistar a direção da FNB, unindo-se aos brancos na luta contra o imperialismo e contra a feudal-burguesia que os mantinha como "escravos" (CHADAREVIAN, 2012, p. 263-264).

A filiação de Laudelina ao Partido Comunista Brasileiro, em 1936, precisa ser compreendida à luz dessa trajetória anterior de organização e enfrentamento das desigualdades. Pinto (2018) chama atenção para o fato de que não é possível estabelecer uma relação direta entre a filiação partidária de Laudelina e uma adesão integral aos ideários do PCB. Segundo a autora, embora Laudelina tenha mantido vínculos com setores políticos progressistas, a problemática étnico-racial ocupava um lugar central em sua trajetória, enquanto, naquele momento, ela ainda não era suficientemente incorporada ao plano teórico e prático do partido.

Ainda em 1936, mais precisamente em 8 de julho daquele ano fundou:

> a Associação das Empregadas Domésticas e vai ao Congresso do Trabalho por incentivo de Geraldo e Vicente[1]. Juntos, escrevem uma pauta manifesto para sindicalização das empregadas domésticas, a qual foi levada ao que deveria ter sido o I Congresso dos Trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro. Como o congresso não

[1] Fundadores da Associação Cultural do Negro, em São Paulo, e integrantes da Frente Negra Brasileira.

> aconteceu, Laudelina consegue se reunir com o Ministro do Trabalho Lindolfo Collor, momento em que solicita que as empregadas domésticas sejam sindicalizadas, porém ele rejeita o pedido por considerar que a categoria não trazia economia ao país. (SCHWARTZ; BETTINI; CAETANO, 2026, p.8).

O episódio evidencia mais do que a reivindicação por direitos trabalhistas: revela as tensões que atravessavam a posição das trabalhadoras domésticas na sociedade brasileira e ajuda a compreender a própria forma como Laudelina construiu sua militância. Seu compromisso com a classe trabalhadora não apagava sua percepção de que a população negra ocupava uma posição específica no mercado de trabalho e nas estruturas políticas e econômicas. Ao contrário, sua experiência como mulher negra e trabalhadora doméstica contribuía para que identificasse a articulação entre desigualdades de classe, raça e gênero. No caso das trabalhadoras domésticas, essa articulação adquiria uma dimensão ainda mais concreta, uma vez que sua atuação política estava diretamente vinculada à organização e à defesa dessas mulheres. Assim, sua militância não se restringia aos espaços partidários, mas se constituía também a partir de redes associativas, religiosas e do movimento negro, entre as quais se destacava sua aproximação com militantes vinculados à Frente Negra Brasileira e à Associação Cultural do Negro.

É nesse sentido que Pinto (2018) chama atenção para o fato de Laudelina desenvolver seu trabalho junto às trabalhadoras domésticas com o apoio da Igreja Católica, ao mesmo tempo em que mantinha vínculos políticos e religiosos que não eram necessariamente explicitados nos diferentes espaços de atuação. A autora interpreta essa circulação entre diferentes espaços como uma possível estratégia de preservação de sua atuação política e de sua legitimidade junto às trabalhadoras domésticas. Vale a pena mencionar também que nos anos seguintes da sua vida, Dona Laudelina foi ativa nos partidos como Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e Partido dos Trabalhadores (PT).

A participação de Laudelina na vida política pode ser vista como uma das formas pelas quais ela tentou melhorar a situação da classe trabalhadora, e, por extensão, dos negros. Os partidos supostamente mais progressistas, não permitiram que Laudelina de Campos Melo atingisse seus objetivos. Apenas a convenceram de que a política não atendia os problemas das minorias. O que mais, a única maneira de melhorar a situação dos negros do lado político seria criar seu próprio partido político composto apenas por negros. Laudelina de Campos Melo, durante o período como partidária, reforçou sua crença de que a presença de uma mulher negra na formação política era

devidamente simbólica. Os partidos na época pareciam ter a certeza de igualdade nos espaços de raça, classe e gênero. O partido como uma formação na qual Dona Laudelina era a minoria não era capaz de atender ou entender as necessidades dela como uma mulher negra brasileira.

Para Laudelina, os partidos políticos constituíam espaços importantes para a conquista de direitos da população negra, embora esta permanecesse excluída das instâncias de poder. Mesmo os partidos trabalhistas e de esquerda apresentavam dificuldades em reconhecer as especificidades das desigualdades raciais e de gênero, pois, em sua percepção, esse reconhecimento implicaria compartilhar o poder político (PINTO, 2018). Em um depoimento concedido ao Museu de Imagem e Som de Campinas Laudelina destaca:

> Mas o branco tem medo que o negro chegue a criar um partido, porque ele sabe que tem negro que vai brigar contra eles, então tira da ideia do negro de votar no negro pra votar nele (branco): dá cem cruzados pra cada um e bota um cálice de pinga e vota nele. (Depoimento concedido ao Museu de Imagem e Som de Campinas, apud PINTO, 2018, p. 121).

À medida que reconhecia a dificuldade da construção de uma identidade étnica via política, Laudelina também destacava a não identificação de suas causas para com os seus:

> o negro ainda não está conscientizado que ele deve lutar pelo negro ou por ele mesmo. Então o negro está sempre nas campanhas políticas, em vez do negro estar junto com o negro ele está trabalhando para o branco, não se encontrou ainda dentro de uma campanha política que o negro esteja trabalhando pra outro negro. [...] O próprio negro cria preconceito contra o irmão. Você sabe de uma coisa? Nós temos quarenta e dois advogados negros. Não conto com eles em nada... eles não colaboram. Nós já lançamos candidato, o negro não vota no negro, a mulher não vota na mulher, o trabalhador vota no patrão, e assim vai a vida. Não é pra esse século não! O negro, se ele sobe um degrau, ele não conhece o outro, muito difícil. Nós temos esse grupo de advogados formados em Campinas, cansamos de convidar eles pra tomar parte nos Movimentos, e se vai ou não vai, mas não dá uma palavra. É mudo, surdo e cego. Então é muito difícil,

né? (Depoimento concedido ao Museu de Imagem e Som de Campinas, apud PINTO, 2018, p. 121).

Como podemos perceber, Laudelina conseguia perceber que a situação do negro era similar à do trabalhador branco pobre e à da mulher. Na sua narrativa destaca a dificuldade destes grupos reconhecerem para com os seus. Pois isso também dificultava as alianças entre a classe operária, a mulher e negro para o fortalecimento das suas lutas.

Segundo Pinto (2018), sua experiência política contribuiu para reforçar a percepção de que a presença de uma mulher negra em organizações políticas não significava necessariamente que suas demandas específicas fossem compreendidas ou incorporadas. Essa questão é central para uma análise da trajetória de Laudelina a partir da perspectiva de gênero e raça. Sua experiência demonstra que a participação formal em organizações políticas não eliminava as desigualdades existentes dentro dessas próprias estruturas. Portanto, a trajetória de Laudelina não pode ser apresentada como um percurso político linear. Ela transitou por diferentes organizações e espaços, estabelecendo aproximações e afastamentos de acordo com suas experiências e objetivos.

Mulher negra, militante e trabalhadora

A partir de 1949, quando passou a residir em Campinas, Laudelina ampliou sua atuação em iniciativas de caráter comunitário. Entre suas ações encontrava-se a organização de um baile de debutantes negras, iniciativa que possibilitava às mulheres negras ocupar um espaço social anteriormente reservado às mulheres brancas (LIMA, 2018). Essa experiência permite compreender uma dimensão importante de sua militância: a valorização da presença social das mulheres negras. A organização de espaços culturais e de sociabilidade não era secundária diante das demais formas de militância. Ao contrário, contribuía para a construção da autoestima, do pertencimento e da visibilidade social. Laudelina também participou de iniciativas culturais relacionadas ao Teatro Experimental do Negro e ao I Salão das Belas Artes. Na área educacional, participou da organização de um curso para pedreiros, que também frequentou como aluna (LIMA, 2018).

Essas experiências demonstram que sua atuação não se restringia a uma única dimensão. Educação, cultura, trabalho e organização comunitária estavam articulados em sua trajetória. Mas é no trabalho doméstico que sua atuação adquiriu uma dimensão particularmente significativa. O trabalho doméstico brasileiro possui uma relação histórica com a escravidão. Após a abolição, a população

negra libertada permaneceu submetida a estruturas sociais marcadas por hierarquias de raça, gênero e classe. Nesse contexto, o trabalho doméstico constituiu um dos espaços em que essas desigualdades se reproduziram. É nesse cenário que ganha relevância a atuação de Laudelina na criação, em 1936, da associação voltada às trabalhadoras domésticas. A escolha de organizar trabalhadoras domésticas possui significado particular. Trata-se de um segmento profissional historicamente associado ao trabalho realizado por mulheres negras e frequentemente situado em uma posição de menor reconhecimento social. A organização coletiva constituía, nesse contexto, uma forma de produzir visibilidade para essas trabalhadoras e reivindicar reconhecimento de sua condição profissional.

Por meio da trajetória de Laudelina de Campos Melo, percebemos que as mulheres negras já participavam de organizações sociais e políticas desde a primeira metade do século XX. Nesse sentido, Dona Nina constitui uma referência importante para compreender formas anteriores de participação política feminina negra. Seu percurso passou por diferentes espaços: família, trabalho, associações negras, organizações políticas, atividades culturais, iniciativas educacionais e organização das trabalhadoras domésticas. Não se trata, portanto, de uma militância restrita a uma única instituição. Essa multiplicidade, construída tanto na esfera das organizações políticas quanto em iniciativas comunitárias e culturais, é uma das características relevantes de sua experiência.

Considerações finais

A trajetória de Laudelina de Campos Melo evidencia como a experiência de uma mulher negra brasileira no século XX foi atravessada por diferentes dimensões de desigualdade e, simultaneamente, por diversas formas de organização e resistência. Nascida poucos anos depois da abolição, cresceu em uma família diretamente marcada pelas relações escravistas. Sua mãe e sua avó vivenciaram formas de trabalho e subordinação relacionadas à estrutura social do período. A própria Laudelina iniciou o trabalho ainda criança, sofreu manifestações de racismo, assumiu responsabilidades familiares precocemente e interrompeu sua escolarização (PINTO, 1993; SANTANA, 2019).

Essas experiências não determinaram mecanicamente sua trajetória posterior, mas constituíram parte importante do contexto no qual se formaram suas percepções sobre injustiça, desigualdade e organização coletiva. Ao longo da vida, Laudelina participou de organizações negras, aproximou-se de diferentes espaços políticos, desenvolveu atividades culturais e educacionais e atuou na

organização das trabalhadoras domésticas, atravessando múltiplas formas de militância das mulheres negras.

A experiência de Laudelina também permite compreender que raça, gênero e classe não podem ser analisados isoladamente em sua trajetória. Sua condição de mulher negra estava diretamente relacionada às possibilidades de trabalho, educação, circulação social e participação política que lhe eram oferecidas. Ao organizar trabalhadoras domésticas, Laudelina atuou sobre uma dimensão central das desigualdades brasileiras: a permanência de formas de trabalho historicamente associadas à população negra e às mulheres. Sua atuação tornou visível uma categoria profissional que durante muito tempo ocupou uma posição marginal nas representações sobre trabalho e direitos.

Referências

CAŁEK, Anita. Biografia científica: da concepção à narrativa. Interdisciplinaridade, teorias, métodos de pesquisa. Kraków: Wydawnictwo UJ, 2013.

CAŁEK, Anita. Biografia como representação. Annales Universitatis Paedagogicae Cracoviensis. Studia Poetica, v. 4, n. 1, p. 25-41, 2016.

CHADAREVIAN, Pedro C. Raça, classe e revolução no Partido Comunista Brasileiro (1922-1964). *Política & Sociedade*, v. 11, n. 20, p. 255-283, abr. 2012. Disponível em: https://doi.org/10.5007/2175-7984.2012v11n20p255. Acesso em: 1 ago. 2022.

DOMINGUES, Petrônio J. Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta antirracista no Brasil. *Cadernos Pagu*, n. 28, p. 345-374, jan./jun. 2007.

LIMA, Dulcilei da Conceição. Trajetórias políticas de mulheres negras na primeira metade do século XX: Laudelina de Campos Mello, Maria de Lurdes Vale Nascimento e Maria Brandão dos Reis. In: SILVA, Maria L. da; FARIAS, Marcio; OCARIZ, Maria C.; NETO, Augusto S. (orgs.). *Violência e sociedade: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro*. São Paulo: Escuta, 2018. p. 191-205.

LIMA, Mirelle J. Associação de empregadas domésticas de Santos (1936-1946): gênero, raça e classe no sindicalismo do trabalho doméstico. 2019. Dissertação – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2019.

PINTO, Elisabete Aparecida. Etnicidade, gênero e educação: a trajetória de vida de Laudelina de Campos Mello (1904-1991). 1993. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

PINTO, Elisabete Aparecida. Política, raça e gênero: Laudelina de Campos e a presença negra nas organizações político-partidárias. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, Goiânia, v. 10, n. 26, p. 101-140, mar./jun. 2018. Disponível em: https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/610. Acesso em: 8 ago. 2022.

SANTANA, Bianca (org.). *Vozes insurgentes de mulheres negras*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2019.

SCHWARTZ, Rosana M. P. B.; BETTINI, Lúcia Helena Polleti; CAETANO, Sheila Cristina Silva Aragão. Trabalho doméstico no Brasil: o protagonismo de Laudelina de Campos Melo (1904-1991). *Práticas Educativas, Memórias e Oralidades - Rev. Pemo*, [S. l.], v. 8, p. e15951, 2026. DOI: 10.47149/pemo.v8.e15951. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/15951. Acesso em: 29 set. 2026.

Autoras:

Alcione Nawroski - Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora adjunta na UEVA - Universidade Estadual do Vale do Acaraú/Ceará

E-mail: alcione.nawroski@gmail.com

Lattes: http://lattes.cnpq.br/0040026117770498

ORCID: 0000-0002-9036-7169

Sandra Spurek — Licenciada em Estudos Ibero e Ibero-Americanos, especialidade em estudos de língua e cultura portuguesa e brasileira pela UW - Universidade de Varsóvia/Polônia.

E-mail: spurek.sandra@gmail.com

ORCID: 0009-0002-3098-2087